



III – Verificar, obrigatoriamente, os processos relacionados à infância e juventude, especialmente com adolescentes apreendidos e com crianças/adolescentes acolhidos; as ações inseridas nas Metas 2, 4 e 6, do CNJ; os feitos pendentes da expedição de alvarás, RPV e precatórios; as demandas que se encontram aguardando a devolução de carta precatória e resposta de ofício; os feitos a serem encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado Ceará; as cartas precatórias e de ordem; as ações com pedido de tutela de urgência ainda não apreciadas; os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias;

IV – Analisar os processos com tramitação prioritária, tais como: improbidade administrativa, ação civil pública, ação popular, mandado de segurança, estatuto do idoso;

V - Inserir tarja específica no sistema SAJPG, visando alertar o usuário do sistema para priorização do andamento processual, por ocasião da operacionalização daquele;

VI – Vistoriar os livros ou pastas obrigatórias ou por conveniência da Unidade;

VII – Dar destinação jurídica dos bens apreendidos, armas, munições e acessórios;

VIII – Verificar o estado de conservação e eventual precariedade de bens móveis da unidade, bem como os aspectos de higiene, conservação e limpeza da ambiência de trabalho, assim como a adequação física das dependências do lugar que comporta o funcionamento da unidade judiciária;

IX – Determinar que ao final da inspeção seja preenchido o relatório final, gerado a partir de formulário eletrônico padronizado, disponível na intranet na página do TJCE, vinculado à página eletrônica da CGJ-CE (Diagnóstico da Unidade – Parte I e Apuração dos Resultados – Parte II), contendo, especificada e objetivamente, as ocorrências da inspeção e apontamento das irregularidades encontradas, as providências adotadas para sua correção e as sugestões quanto às medidas necessárias que ultrapassem a sua competência, o qual deverá ser encaminhado ao órgão correccional via sistema CPA, com cópia da presente Portaria, em atendimento ao Provimento nº 01/2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, na qual deverá ser mantida, com cópia do relatório, em pasta própria, à disposição de quem quiser consultá-la, bem como para fiscalização pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará;

X – Assegurar que, durante o período inspeccional acima designado, será mantida a pauta de audiências, bem como as demais atividades do gabinete, não se suspendendo os prazos processuais, conforme determinação expressa no art. 4º do Provimento nº 01/2020-CGJ/CE;

XI – Determinar a publicação da Portaria em epígrafe no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, bem como enviar cópia à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ao Ministério Público Estadual, à Defensoria Pública do Estado do Ceará, à Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Ceará e à Diretoria do Fórum local.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dado e passado na comarca de Crato/CE, aos 04 (quatro) dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um (2021).

DEFENSORIA PÚBLICA

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e VII do Art. 148-A da Constituição do Estado do Ceará, alterado pela Emenda Constitucional n.º 80, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de abril de 2014, Art. 100 da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994 e em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 06 de 28 de abril de 1997, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 117, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 2012, RESOLVE **NOMEAR** o Defensor Público **David Gomes Pontes**, matrícula de nº 301.170-1-3, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão, símbolo DAS - III, integrante da Estrutura Organizacional da DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, a partir de 14 de maio de 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 24 de maio de 2021.

Elizabeth das Chagas Sousa
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

PORTARIA Nº 936/2021
PRORROGA DE 07 A 13 DE JUNHO A PORTARIA Nº 566/2021, QUE ESTABELECE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, com fundamento no art. 148- A, incisos I, II e VIII, da Constituição do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública Estadual, consoante previsão do art. 134, § 2º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, da IN nº 78/2020, que dispõe sobre a revisão total ou parcial das medidas ante o recrudescimento ou nova onda de infecção generalizada pela Covid-19;



CONSIDERANDO as atuais circunstâncias epidemiológicas da Covid-19 na capital do Estado do Ceará e a necessidade de enfrentamento e contenção do agravamento da pandêmica infecção humana pelo Novo Coronavírus.

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da saúde das defensoras públicas, defensores públicos, colaboradores, servidores, estagiários e população assistida que necessita do atendimento da Defensoria Pública;

CONSIDERANDO as medidas sanitárias restritivas da livre locomoção de pessoas determinadas pelo Poder Executivo no âmbito do Estado do Ceará, previstas no Decreto Estadual n.º 34.094/2021;

CONSIDERANDO as medidas adotadas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a qual prevê que as atividades judiciais devem ocorrer de forma remota e que os prazos processuais não serão suspensos.

RESOLVE:

Art. 1º. Esta portaria **PRORROGA**, do dia 07 a 13 de junho de 2021, a Portaria n.º 566/2021 que estabelece medidas excepcionais de prestação de serviços no âmbito da Defensoria Pública do Estado, ressalvada a permanência das atividades administrativas presenciais em andamento, em caráter excepcional e em sistema de rodízio, sob a supervisão da Secretaria Executiva, CDC e CDI.

Art. 2º. Nos municípios onde houver autorização do Poder Executivo local para abertura do serviço público, os(as) Defensores(as) Públicos(as) poderão incrementar e intercalar atendimentos remotos e presenciais, de forma gradual, observadas as medidas sanitárias previstas em protocolos, o uso obrigatório de máscaras de proteção, assim como a limitação de pessoas no ambiente físico, sem prejuízo da atividade ordinária a portas fechadas.

Art. 3º. A prorrogação dar-se-á em consonância com o Decreto Estadual n.º 34.094/2021, de 05 de junho de 2021.

Art. 4º. O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 07 de junho de 2021.

Elizabeth das Chagas Sousa
Defensora Pública Geral
DPGE/CE

PORTARIA Nº 849/2021

DESIGNAR O DEFENSOR PÚBLICO PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.
(Proc. n.º 04545050/2021)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar n.º. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, inciso VI alínea "a", da Lei Complementar Estadual n.º. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto na Cláusula Terceira, 3.1.1 do Convênio nº06/2019, firmado entre a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e o Município de Sobral;

Considerando o interesse público e a importância institucional de participação de Membro da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no evento nominado.

Art. 1º Designar **David Gomes Pontes**, Defensor Público de **Entrância Final**, **Matricula n.º. 301.170-1-3**, para atuar no **Projeto Laços de Família** e no **Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania – NUSOL** da Comarca de Sobral CE, sem prejuízo de suas funções, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 14 de maio de 2021.

Elizabeth das Chagas Sousa
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2021

I - ESPÉCIE: CONTRATO Nº 12/2021, CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA CAMILA FRAGOSO AGUIAR DOS ANJOS - ME;

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;



III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, CEP: 60.811-170, Fortaleza/CE;

IV – CONTRATADA: CAMILA FRAGOSO AGUIAR DOS ANJOS – ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.761.457/0001-75;

V – ENDEREÇO: Rua Tenente Aurélio Sampaio, nº 150, Bairro Aerolândia, Fortaleza/CE, CEP: 60.850-690;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Ata de Registro de Preços nº 025/2020 o Edital do Pregão Eletrônico Nº 020/2020 e seus Anexos, oriundo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, Decretos Estaduais nº 28.089, de 10.1.2006 e nº 32.824, de 11/10/2018; Na Lei Federal n.º 8.666, de 21.6.93 e suas alterações; Lei nº 10.520/02; Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) e Decreto Federal nº 7.892/2013;

VII – OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de **4.883 (quatro mil, oitocentos e oitenta e três) garrações de 20 litros de água mineral sem gás**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA;

VIII - VALOR GLOBAL: R\$ 25.782,24 (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos);

IX - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei Federal Nº 8.666/93;

O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, período no qual serão expedidas as Ordens de Compra;

X- FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

XI - DATA: 01 de junho de 2021;

XII-SIGNATÁRIOS: Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado e Camila Fragoso Aguiar dos Anjos, representante legal da empresa CAMILA FRAGOSO AGUIAR DOS ANJOS-ME.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2021

I - ESPÉCIE: CONTRATO Nº 14/2021, CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA VITANET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS & TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI;

II - CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº02.014.521/0001-23;

III – ENDEREÇO: Avenida Pinto Bandeira, nº 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: VITANET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS & TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.185.204/0001-23;

V – ENDEREÇO: com sede na Rua Bom Jesus de Iguape, nº 960, Hauer, Curitiba/PR, CEP: 81610-040;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico Nº 20210004 - DPGE e seus Anexos, os preceitos do direito público, o Art. 1º e seu parágrafo único da Lei Federal Nº 10.520/2002, a Lei Federal Nº 8.666/1993 com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto;

VII – OBJETO: Constitui objeto deste contrato a aquisição de **COFRE DE SEGURANÇA PARA MÍDIAS**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital de PE 20210004 e na proposta da CONTRATADA;

VIII - VALOR GLOBAL: R\$ 30.406,67 (trinta mil, quatrocentos e seis mil e sessenta e sete centavos);

IX - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei Federal Nº 8.666/1993;

O prazo de execução do objeto contratual é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento;

X- FORO: Fica eleito o Foro do município de Fortaleza do Estado do Ceará;

XI – DATA: 01 de junho de 2021.

XII - SIGNATÁRIOS: Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado e Antonio Silverio de Almeida, Representante Legal da Empresa VITANET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS & TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018**

I - ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA FAZ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP;

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: FAZ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.533.966/0001-48;

V – ENDEREÇO: Rua Carlos Vasconcelos, nº 1991, SL 01, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.115-171;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo legal o art. 65, I, alínea "b", §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; o subitem 10.39, da Cláusula Décima do presente contrato, bem como a instrução do Processo nº 04765824/2021;

VII - OBJETO: Acrescer em R\$ 358.430,76 (trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e seis centavos), ao valor global do contrato, o que importa em 22,045% (vinte e dois vírgula zero quarenta e cinco por cento) do valor do contrato, passando o valor global do contrato de R\$ 1.625.909,85 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e nove reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 1.984.340,61 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e um centavos);

VIII - VALOR GLOBAL: R\$ 1.984.340,61 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e um centavos);

IX - DA VIGÊNCIA: A partir de 01 de junho de 2021;

X - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do contrato original;

XI- FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

XII - DATA: 01 de junho de 2021;

XIII - SIGNATÁRIOS: Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado e Ricardo Fernandes de Souza, representante legal da empresa FAZ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP.

Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor Jurídico

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2019

I - ESPÉCIE: SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2019, CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CAIXA;

II - CONTRATANTE: FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 05.220.055/0001-20;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, CEP: 60.811-170, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04;

V – ENDEREÇO: situada na SBS Quadra 04, Lote 3/4, Brasília/DF;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem como fundamento e amparo legal no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, Cláusula Décima Oitava do Contrato original, bem como nos termos do Processo nº 03396469/2021;

VII – OBJETO: As partes têm ajustado e acordado aditar e ratificar o Contrato de Prestação de Serviços – Arrecadação de Contas, firmado em 31 de maio de 2019, nos seguintes itens: repactuação de tarifas e prorrogação da vigência do contrato de Arrecadação de Contas vinculado no prazo de 12 meses após o fim da vigência do contrato original ou de termos aditivos anteriores;

VIII - DA VIGÊNCIA: O presente aditivo tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, após o fim da vigência do contrato original ou de termos aditivos anteriores;

IX – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalterados os demais termos do Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Contas e demais Termos Aditivos a esta relacionados, ressalvadas as alterações deste Termo Aditivo.

XI - FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

XII – DATA DA ASSINATURA: 28 de maio de 2021;

XIII- SIGNATÁRIOS: Christiane Macedo Aguiar Chastinet, Representante Legal da Caixa Econômica Federal e Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará.

Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor Jurídico

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2020

PROCESSO Nº 04484019/2021 - DPGE(SPU)

I - CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE/CE, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.014.521/0001-23, situada na Av. Pinto Bandeira, Nº 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.811.170;

II - CONTRATADA: FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 08.368.875/0001-52, com sede na Av. Estados Unidos, nº 1200, Distrito Industrial, São Simão/SP, CEP: 14200-000;

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo legal o art. 65, I, b e §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; item 10.3 da Cláusula Décima do contrato original, assim como nos termos do Processo Administrativo nº 04484019/2021;

IV – OBJETO: Acrescer em 25% (vinte e cinco por cento) ao valor global do contrato, o que importa em R\$ 147.089,50 (cento e quarenta e sete mil, oitenta e nove reais e cinquenta centavos), passando o valor global do contrato de R\$ R\$ 588.358,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais), para R\$ 735.447,50 (setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);



- V - VIGÊNCIA:** a partir da data da assinatura;
- VI - VALOR GLOBAL:** R\$ 735.447,50 (setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);
- VII - DA RATIFICAÇÃO:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo;
- VIII - FORO:** da Comarca de Fortaleza-CE;
- IX - DATA DA ASSINATURA:** 01 de junho de 2021;
- X - SIGNATÁRIOS:** Elizabeth das Chagas Sousa, pela Defensoria Pública do Estado do Ceará e Antônio de Jesus Fernandes Ramos, representante legal da empresa FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 28/2014

- I – ESPÉCIE:** Sexto Termo Aditivo ao Convênio nº 28/2014, que entre si celebram a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO e o CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS – UNICHRISTUS;
- II - OBJETO:** O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio original por mais 01 (um) ano, a partir de 30/06/2021.
- II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O termo aditivo tem por respaldo legal o art.116 da Lei nº 8.666/93 e art. 8º, III, da Resolução nº 72/2013, de 18 de janeiro de 2013;
- III - DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do convênio original, no Primeiro Aditivo assinado em 27/06/2016, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 01/07/2016 e no Segundo Aditivo assinado e, 22/03/2017, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/06/2017;
- IV – DATA DA ASSINATURA:** Fortaleza, 02 de junho de 2021;
- V – SIGNATÁRIOS:** Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, e Estevão Lima de Carvalho Rocha, Pró-Reitor do Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 30/2014

- I – ESPÉCIE:** Sexto Termo Aditivo ao Convênio nº 30/2014, que entre si celebram a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO e o CENTRO UNIVERSITÁRIO 7 DE SETEMBRO - UNI7;
- II - OBJETO:** O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio original por mais 01 (um) ano, a partir de 30/06/2021;
- III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O termo aditivo tem por respaldo legal o art. art. 116 da Lei nº 8.666/93 e art. 8º, III, da Resolução nº 72/2013, de 18 de janeiro de 2013;
- IV - DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do convênio original;
- IV – DATA DA ASSINATURA:** Fortaleza, 02 de junho de 2021.
- V – SIGNATÁRIOS:** Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, e Ednilton Gomes de Soares, Reitor do Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7.
- Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 14/2015

- I – ESPÉCIE:** Terceiro Termo Aditivo ao CONVÊNIO Nº 14/2015, que entre si celebram a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO e a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS – FAFIC, mantida pela FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA CAJAZEIRAS - FESC;
- II - OBJETO:** fica, desde logo, prorrogado o prazo de que trata a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA do convênio original, ante a manifestação volitiva de dar continuidade aos objetivos pactuados pelas partes convenientes, prorrogando por mais dois anos os termos e a vigência do Convênio ora aditado, a contar do seu termo final, estendendo os seus efeitos a 09 de junho de 2023, quando, através de termo aditivo, poderá ser novamente prorrogado, desde que haja manifesto interesse
- III - DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Instrumento de convênio original
- IV – DATA DA ASSINATURA:** Fortaleza, 18 de maio de 2021.
- V – SIGNATÁRIOS:** Elizabeth das Chagas Sousa, pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, e Josinaldo Pereira Lima, Diretor Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras- FAFIC.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

**EDITAL Nº 001/2021 – PROCESSO ELEITORAL OUVIDOR-GERAL**

CONVOCA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA AO PROCESSO ELEITORAL PARA FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE AO CARGO DE OUVIDOR(A)-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CANDIDATO AO CARGO DE OUVIDOR(A)-GERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 148-A, inciso III, da Constituição do Estado do Ceará de 1989 e no Art. 97-A, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 171, de 05 de abril de 2019, que institui as regras do processo eleitoral para o cargo de Ouvidor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a Portaria nº 878/2021, que constitui Comissão Eleitoral para eleição de lista tríplice dos candidatos ao cargo de Ouvidor(a)-Geral da Defensoria Pública Geral do Estado;

RESOLVE

Art. 1º Convocar a sociedade civil organizada a participar das Audiências Públicas promovidas pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, cuja pauta principal será a apresentação dos fins institucionais da Defensoria Pública, da Ouvidoria Externa e a divulgação do processo eleitoral para a escolha de seu novo Ouvidor(a)-Geral, nos termos da Resolução nº 171, de 05 de abril de 2019.

§ 1º A audiência pública do interior será realizada no dia 11 de junho de 2021, às 09h, remotamente, face as recomendações legais adotadas para prevenção da disseminação do coronavírus através do link: <https://meet.google.com/eyo-cshf-arw>

§ 2º A audiência pública da capital será realizada no dia 17 de junho de 2021, às 09h, remotamente, face as recomendações legais adotadas para prevenção da disseminação do coronavírus através do link: <https://meet.google.com/jne-toke-ajr>

§ 3. As audiências públicas contarão com a participação das Coordenadorias da Capital e do Interior com o objetivo de apresentar aos participantes a organização interna da Defensoria e as atribuições nos Termos do Regimento Interno da Defensoria Pública – Resolução N. 72/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de realização da última audiência pública, para indicação das candidaturas à formação da lista tríplice para escolha do Ouvidor Geral da DPGE, iniciando no dia 18 de junho de 2021 e terminando no dia 28 de junho de 2021.

§ 1º A entidade civil que pretender indicar nome de candidato para participar da formação da lista tríplice para escolha do Ouvidor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado, deverá apresentar requerimento impresso ou por e-mail ao Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará no prazo fixado neste Edital, apresentando documentação comprobatória dos requisitos ora exigidos.

Art. 3º A lista tríplice contará com candidatos(as) indicados(as) por entidade civil personificada que atue na defesa dos Direitos Humanos, em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

§1º Considera-se entidade civil personificada, nos termos da Resolução nº 171/2019, a entidade ou organização de natureza privada, legalmente constituída, representativa de interesses sociais relevantes, independentemente de sua vinculação a determinado segmento, classe social ou profissional.

§ 2º São requisitos para habilitação e participação das entidades civis no processo de formação da lista tríplice, para indicação de nome, sob pena de não-homologação da habilitação, além dos previstos em Lei:

- I – estar legalmente constituída há pelo menos três anos;
- II – não possuir fins lucrativos;
- III – possuir abrangência nacional, estadual ou municipal.

Art. 4º O(a) cidadão(ã) indicado nos termos do artigo anterior deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – ser brasileiro nato ou naturalizado ou português amparado pela reciprocidade de direitos consignada na legislação específica;
- II – estar no pleno exercício dos direitos políticos e quite com as obrigações eleitorais;
- III – estar quite com as obrigações militares, se candidato do sexo masculino;
- IV – não incidir na hipótese de inelegibilidade disposta na parte final do § 4º, do art. 14, da Constituição Federal;
- V – ser moralmente idôneo e possuir reputação ilibada, comprovada por meio de certidões cíveis e criminais das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral;
- VI – não ocupar, por ocasião da posse no cargo de Ouvidor Geral, cargo eletivo, em qualquer uma das esferas da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, em qualquer esfera de poder;
- VII – não cumular o cargo de ouvidor com função remunerada, exceto a de docência, desde que haja compatibilidade de horários;
- VIII – possuir atuação social comprovada por, no mínimo, 03 (três) anos, em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública.

Parágrafo único. É vedada a habilitação de candidatos(as) membros da Defensoria Pública do Estado do Ceará, ativos ou inativos, de seus servidores, e dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e daqueles que tenham parentesco por consanguinidade, civil ou por afinidade, até o terceiro grau.

Art. 5º O(a) interessado(a) que se habilitar ao cargo de Ouvidor(a) Geral deverá apresentar todos os documentos comprobatórios da satisfação dos critérios apontados no artigo anterior juntamente com o requerimento e, ainda:



I – *curriculum vitae* indicando, entre outras informações, o histórico de atuação social em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública por, no mínimo, 03 (três) anos, a apresentação de um arrazoado dos propósitos, dos princípios de política institucional que defende para a Ouvidoria Geral, bem como para o estabelecimento de práticas democrático-participativas no âmbito da Defensoria Pública;

II – termo de indicação da candidatura por parte de entidade da sociedade civil;

III – declaração do(a) candidato(a) de que concorda com as normas editadas pelo Conselho Superior, incluindo a escolha a ser realizada entre os nomes que compõem a lista tríplice e preenche todos os requisitos para investidura do cargo pretendido e que aceita a indicação para o cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública, caso seja escolhido(a).

Art. 6º As entidades civis que desejarem indicar, dentro do prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da data de realização da última audiência pública, iniciando no dia 16 de junho de 2021 e terminando no dia 24 de junho de 2021, 01 (um)(a) representante para exercer o direito a voto plurinominal no processo referenciado de formação da lista tríplice deverão observar os seguintes requisitos:

I – Estar constituída há, pelo menos, 03 (três) anos;

II – Não possuir fins lucrativos;

III – Possuir abrangência nacional, estadual ou municipal;

IV – Ser membro, em exercício, em Conselho Estadual, Regional ou Municipal;

V – Ter atuação comprovada de, pelo menos, 03 (três) anos na defesa dos Direitos Humanos em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A entidade civil deverá juntar documento comprobatório da representação legal de quem assina a indicação.

Art. 7º A indicação de que trata o artigo anterior far-se-á através da remessa de ofício a ser expedido pelo(a) presidente da entidade representada nos conselhos estaduais e/ou municipais de direitos à Comissão Eleitoral, o qual deverá conter, necessariamente, os seguintes dados:

I – Nome completo do(a) indicado(a);

II – Número da Carteira de Identidade – RG;

III – Número do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF/MF;

IV – Nome e CNPJ, caso haja, da entidade da sociedade civil que integra o Conselho;

V – Documento comprobatório de que a entidade promotora da indicação compõe conselho estadual, regional e/ou municipal de direito, com mandato em exercício;

VI – Relatório de ações e atividades da atuação, nos últimos 03 (três) anos, na defesa dos Direitos Humanos, em áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

§ 1º As entidades civis com abrangência municipal, estadual ou nacional e mandato vigente em conselho regional, estadual ou municipal, que não possuem inscrição de pessoa jurídica, podem indicar 01 (um)(a) representante para exercer o direito a voto plurinominal no processo referenciado de formação da lista tríplice, desde que comprovem 03 (três) anos de atuação nas áreas afetas à Defensoria Pública, por meio de relatório das ações realizadas e declarações de reconhecimento da atuação, expedidas por 03 (três) entidades da sociedade civil ou órgãos públicos de abrangência municipal, estadual ou nacional.

§ 2º Os(as) representantes indicados(as) pelas entidades para exercerem o direito ao voto plurinominal não poderão representar mais de uma entidade.

Art. 8º A Comissão Eleitoral fará publicar no site institucional e na sede da Defensoria Pública, a lista com os nomes das representações indicadas pelos Conselhos de Direitos devidamente habilitadas para votar no processo de formação da lista tríplice para o cargo de Ouvidor(a)-Geral;

Art. 9º Às representações inabilitadas caberá recurso à Comissão Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, após divulgado o resultado no site institucional e na sede da Defensoria Pública, que decidirá em igual prazo, após o recebimento do recurso.

Art. 10 A substituição da representação poderá ser realizada até 07 (sete) dias antes da votação, observado os requisitos dos artigos 6º e 7º deste Edital;

Art. 11 A eleição para composição da lista tríplice para escolha de Ouvidor(a) será realizada em reunião pública, coordenada pela Comissão Eleitoral, com local e data a serem determinados em Edital próprio.

Parágrafo único. Caso ainda estejam em vigor as regras de isolamento social, a audiência pública para composição da lista tríplice será feita no formato remoto, consoante as regras determinadas em edital próprio.

Art. 12 Todos os requerimentos relativos ao pleito deverão ser encaminhados no protocolo da sede da Defensoria Pública Geral do Estado, na Av. Pinto Bandeira, 1111, bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, no horário de 08h00 às 17h00 ou pelo e-mail institucional: comissaoeleitoral.ouvidoria@defensoria.ce.def.br

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios exigidos no presente Edital deverão ser entregues em cópia simples, desde que acompanhada do original para a devida verificação. Para outras hipóteses, será aceita cópia autenticada.

Art. 13 Das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral caberá recurso para o Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 03 (três) dias, após divulgado o resultado no Diário da Justiça Eletrônico e no site oficial da Defensoria Pública do Ceará, cabendo ao Conselho Superior decidir no prazo de 03 (três) dias, após o recebimento do recurso.

Fortaleza, 01 de junho de 2021.

Karine Matos Lima

PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

José Vagner de Farias

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL

José Roberto da Rocha

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL

Conceição Maria Mendes de Andrade

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL



**Anexo I do Edital nº 001/2021 – Resolução nº 171/2019
RESOLUÇÃO Nº 171/2019**

INSTITUI AS REGRAS DO PROCESSO ELEITORAL PARA O CARGO DE OUVIDOR(A) GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que devem nortear a administração pública (art. 37 *caput* da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias (Art. 6º-B, I da Lei Complementar Estadual nº 06/1997 e Art. 102 da Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Arts. 1º e 10, I do Regimento Interno do Conselho Superior, de 25 de março de 1998);

CONSIDERANDO a atribuição do Conselho Superior para editar normas sobre o processo eleitoral para o cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública, nos termos § 1º do art. 8º-B da Lei Complementar nº 91 de 20 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução disciplina o processo de composição da lista tríplice, de forma autônoma, por representações da sociedade civil, para a escolha do Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, nos termos da Lei Complementar Nacional nº 80/1994, Lei Complementar Estadual nº 06/1997 e Lei Complementar nº 91/2010.

Art. 2º A Defensoria Pública do Estado do Ceará, mediante Edital de Abertura publicado em jornal de circulação estadual, tornará público o procedimento para formação da lista tríplice para escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

**CAPÍTULO II
DA ESCOLHA, POSSE E MANDATO DO OUVIDOR GERAL**

Art. 3º A Ouvidoria Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

Art. 4º O(a) Ouvidor(a) Geral será escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrante da Carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 5º Será assegurado à sociedade civil o processamento da escolha dos(as) cidadãos(ãs) que comporão a lista tríplice, atendendo às determinações desta Resolução e das demais normas exaradas pelo Conselho Superior.

§1º O(a) Defensor(a) Público(a) Geral escolherá para compor a Comissão Eleitoral uma das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e com notória atuação nacional e/ou estadual de mais de 05 (cinco) anos em defesa dos Direitos Humanos.

§2º A organização da sociedade civil indicada para a Comissão Eleitoral ficará impedida de apresentar candidatura na eleição de formação da lista tríplice de escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, bem como de se habilitar para o exercício de voto plurinominal.

Art. 6º O Edital convocatório da sociedade civil para o processo de escolha dos(as) cidadãos(ãs) que comporão a lista tríplice deverá, nos termos da lei e desta Resolução:

I – prever o prazo e a forma das inscrições para a habilitação no processo eleitoral ao cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

II – prever o prazo e a forma das inscrições das entidades da sociedade civil que desejarem exercer o direito ao voto no processo eleitoral para a formação da lista tríplice de escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

III – constituir Comissão Eleitoral composta por três Defensores(as) Públicos(as) estáveis e respectivos suplentes, indicados(as) pelo Conselho Superior, e um(a) representante de organização da sociedade civil, indicado(a) pelo(a) Defensor(a) Geral, a qual terá competência para receber, deferir ou indeferir os registros de candidatura, decidir sobre suas impugnações, organizar a reunião pública para eleição e formação da lista tríplice, promover as publicações e comunicações necessárias, apurar os votos e proclamar o resultado, lavrando a respectiva ata e resolver os casos omissos.

§1º O Presidente da comissão eleitoral terá voto de qualidade em casos de empate.

§ 2º Das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral caberá recurso para o Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 03 (três) dias, após divulgado o resultado no Diário da Justiça Eletrônico e no site oficial da Defensoria Pública do Ceará, cabendo ao Conselho Superior decidir no prazo de 03 (três) dias, após o recebimento do recurso.

Art. 7º A eleição para o cargo de Ouvidor(a) Geral será convocada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do encerramento do mandato, devendo a votação ocorrer em até 30 (trinta) dias do ato de convocação.

Art. 8º Serão realizadas audiências públicas na capital e no interior com a sociedade civil para apresentação dos fins institucionais da Defensoria Pública, da Ouvidoria Externa e os critérios para formação da lista tríplice para escolha do(a) Ouvidor(a) Geral.

§1º a audiência citada no *caput* deste artigo será promovida e presidida pela Comissão Eleitoral, facultada a participação de integrante do Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil;

§2º no processo de organização das audiências públicas em referência, serão expedidos ofícios aos Conselhos Estaduais, Regionais e Municipais de Direitos, sendo, ainda, assegurada ampla publicidade nos veículos de comunicação, tendo como obrigatória a divulgação de edital contendo extrato das regras para escolha e informações sobre dia, horário e local da audiência, no Diário da Justiça Eletrônico e no site oficial da Defensoria Pública.

Art. 9º A lista tríplice contará com candidatos(as) indicados(as) por entidade civil personificada que atue na defesa dos Direitos Humanos, em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

§1º – Considera-se entidade civil personificada, nos termos desta resolução, a entidade ou organização de natureza privada, legalmente constituída, representativa de interesses sociais relevantes, independentemente de sua vinculação a determinado



segmento, classe social ou profissional.

§ 2º – São requisitos para habilitação e participação das entidades civis no processo de formação da lista tríplice, para indicação de nome, sob pena de não-homologação da habilitação, além dos previstos em Lei:

- I – estar legalmente constituída há pelo menos três anos;
- II – não possuir fins lucrativos;
- III – possuir abrangência nacional, estadual ou municipal.

§ 3º – A entidade civil que pretender indicar nome para participar da formação da lista tríplice para escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado deverá apresentar requerimento impresso ou por e-mail ao Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará, no prazo fixado pelo Edital de Abertura, apresentando documentação comprobatória dos requisitos exigidos em Lei e nesta Resolução.

Art. 10 O(a) cidadão(ã) indicado nos termos do artigo anterior deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – ser brasileiro nato ou naturalizado ou português amparado pela reciprocidade de direitos consignada na legislação específica;
- II – estar no pleno exercício dos direitos políticos e quite com as obrigações eleitorais;
- III – estar quite com as obrigações militares, se candidato do sexo masculino;
- IV – não incidir na hipótese de inelegibilidade disposta na parte final do § 4º, do art. 14, da Constituição Federal;
- V – ser moralmente idôneo e possuir reputação ilibada, comprovada por meio de certidões cíveis e criminais das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral;
- VI – não ocupar, por ocasião da posse no cargo de Ouvidor Geral, cargo eletivo, em qualquer uma das esferas da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, em qualquer esfera de poder.
- VII – não cumular o cargo de ouvidor com função remunerada, exceto a de docência, desde que haja compatibilidade de horários.
- VIII – possuir atuação social comprovada por, no mínimo, 03 (três) anos, em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública.

Parágrafo único. É vedada a habilitação de candidatos(as) membros da Defensoria Pública do Estado do Ceará, ativos ou inativos, de seus servidores, e dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e daqueles que tenham parentesco por consanguinidade, civil ou por afinidade, até o terceiro grau;

Art. 11 O(a) interessado(a) que se habilitar ao cargo de Ouvidor(a) Geral deverá apresentar todos os documentos comprobatórios da satisfação dos critérios apontados no artigo anterior e, ainda:

- I – *curriculum vitae* indicando, entre outras informações, o histórico de atuação social em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública por, no mínimo, 03 (três) anos, a apresentação de um arrazoado dos propósitos, dos princípios de política institucional que defende para a Ouvidoria Geral, bem como para o estabelecimento de práticas democrático-participativas no âmbito da Defensoria Pública;
- II – termo de indicação da candidatura por parte de entidade da sociedade civil;
- III – declaração do(a) candidato(a) de que concorda com as normas editadas pelo Conselho Superior, incluindo a escolha a ser realizada entre os nomes que compõem a lista tríplice e preenche todos os requisitos para investidura do cargo pretendido e que aceita a indicação para o cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública, caso seja escolhido(a).

Art. 12 As entidades civis que desejarem indicar, dentro do prazo estabelecido no Edital, 01 (um)(a) representante para exercer o direito a voto plurinominal no processo referenciado de formação da lista tríplice deverão observar os seguintes requisitos:

- I – Estar constituída há, pelo menos, 03 (três) anos;
- II – Não possuir fins lucrativos;
- III – Possuir abrangência nacional, estadual ou municipal;
- IV – Ser membro, em exercício, em Conselho Estadual, Regional ou Municipal;
- V – Ter atuação comprovada de, pelo menos, 03 (três) anos na defesa dos Direitos Humanos em quaisquer das áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Art. 13 A indicação de que trata o artigo anterior far-se-á através da remessa de ofício a ser expedido pelo(a) presidente da entidade representada nos conselhos estaduais e/ou municipais de direitos à Comissão Eleitoral, o qual deverá conter, necessariamente, os seguintes dados:

- I – Nome completo do(a) indicado(a);
- II – Número da Carteira de Identidade – RG;
- III – Número do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF/MF;
- IV – Nome e CNPJ, caso haja, da entidade da sociedade civil que integra o Conselho;
- V – Documento comprobatório de que a entidade promotora da indicação compõe conselho estadual, regional e/ou municipal de direito, com mandato em exercício;
- VI – Relatório de ações e atividades da atuação, nos últimos 03 (três) anos, na defesa dos Direitos Humanos, em áreas afetas à Defensoria Pública do Estado do Ceará.

§ 1º – As entidades civis com abrangência municipal, estadual ou nacional e mandato vigente em conselho regional, estadual ou municipal, que não possuírem inscrição de pessoa jurídica, podem indicar 01 (um)(a) representante para exercer o direito a voto plurinominal no processo referenciado de formação da lista tríplice, desde que comprovem 03 (três) anos de atuação, desde que comprovem 03 (três) anos de atuação nas áreas afetas à Defensoria Pública, por meio de relatório das ações realizadas e declarações de reconhecimento da atuação, expedidas por 03 (três) entidades da sociedade civil ou órgãos públicos de abrangência municipal, estadual ou nacional.

§ 2º – Os(as) representantes indicados(as) pelas entidades para exercerem o direito ao voto plurinominal não poderão representar mais de uma entidade.

Art. 14 A Comissão Eleitoral fará publicar no site institucional e na sede da Defensoria Pública, a lista com os nomes das representações indicadas pelos Conselhos de Direitos devidamente habilitadas para votar no processo de que trata o art. 12;

Art. 15 Às representações inabilitadas caberá recurso à Comissão Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, após divulgado o resultado no site institucional e na sede da Defensoria Pública, que decidirá em igual prazo, após o recebimento do recurso.

Art. 16 A substituição da representação poderá ser realizada até 07 (sete) dias antes da votação, observado o disposto nos artigos 12 e 13 desta Resolução;

Art. 17 A eleição para composição da lista tríplice para escolha de Ouvidor(a) será realizada em reunião pública, coordenada pela Comissão Eleitoral, com local e data a serem determinados em Edital próprio.

Art. 18 Cada concorrente, devidamente habilitado(a) nos termos do Edital, disporá do tempo de 15 (quinze) minutos para



defender sua candidatura.

Art. 19 As entidades de sociedade civil que apresentarem um(a) candidato para concorrer à eleição de Ouvidor(a) terão direito a voto plurinomial para formação da lista tríplice, caso preencham os requisitos apresentados no artigo 9º, § 2º e a documentação elencada no artigo 13 deste dispositivo legal.

Art. 20 A reunião do Conselho Superior destinada à escolha do(a) Ouvidor(a) Geral contará com a presença da Comissão Eleitoral e, facultativamente, com representante indicado(a) pelo(a) Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas, que somente fiscalizará a lisura do processo, não se imiscuindo no processo decisório.

Art. 21 A lista tríplice será formada pelos(as) três candidatos(as) mais votados(as) e, havendo empate, prevalecerá, sucessivamente:

I – o(a) representante da sociedade civil organizada que contar com maior tempo de atuação social, comprovada nos termos deste Regulamento;

II – o(a) mais idoso(a);

Art. 22 Será encaminhada ao Conselho Superior a íntegra do processo que originou a elaboração da lista tríplice e o resultado da avaliação dos planos de trabalho dos(as) candidatos(as) feita pela Comissão Eleitoral.

Art. 23 Qualquer cidadão(ã) poderá promover a impugnação do(a) componente da lista tríplice de que trata o artigo 22, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, desde que fundamentada, abrindo-se vista ao(à) impugnado(a), pelo mesmo prazo, para exercer o direito do contraditório e da ampla defesa, a qual será julgada no prazo de 03 (três) dias úteis pelo Conselho Superior.

Art. 24 Na hipótese de exclusão fundamentada e nos termos normativos previstos para regulamentar o processo de formação da lista tríplice, a escolha ocorrerá entre os(as) remanescentes mais votados, caso existam.

Art. 25 Findo, sem incidentes, o prazo para eventuais impugnações ou, após decisão definitiva do processo impugnatório, o Conselho Superior realizará reunião, no prazo de 15 (quinze) dias para escolher, pelo voto secreto, aquele(a) que exercerá o mandato de Ouvidor(a) Geral, encaminhando o nome ao(à) Defensor(a) Público(a) Geral para nomeação.

Art. 26 O(a) Ouvidor(a) Geral escolhido(a) em lista tríplice pelo Conselho Superior da Defensoria Pública será nomeado(a) e empossado(a) pelo(a) Defensor(a) Público(a) Geral nos 15 (quinze) dias subsequentes à realização da sessão colegiada que o(a) escolheu.

Parágrafo único. Caso o(a) Defensor(a) Público(a) Geral não efetive a nomeação do(a) candidato(a) escolhido(a), este(a) será investido(a) automaticamente no cargo.

Art. 27 O(a) Ouvidor(a) Geral fará declaração pública de bens no ato da posse e ao término do mandato, apresentando-a formalmente à Defensoria Pública Geral do Estado.

CAPÍTULO III

DA DESTITUIÇÃO, LICENÇA E FALECIMENTO DO OUVIDOR(a) GERAL

Art. 28 O(a) Ouvidor(a) Geral pode ser destituído(a) antes do fim do mandato, por ato do(a) Defensor(a) Público(a) Geral, a partir de proposta aprovada por dois terços dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos casos de:

I – abuso de poder;

II – conduta incompatível com o exercício da função;

III – grave omissão;

IV – atos de improbidade.

Parágrafo único: Quando o(a) Ouvidor(a) for destituído(a), o Defensor(a) Público(a) Geral nomeará o 1º suplente da lista tríplice, e, na indisponibilidade deste, o 2º suplente, respeitando o prazo de vigência do edital.

Art. 29 Em caso de vacância do cargo de Ouvidor(a), será aplicado o disposto no artigo 28, parágrafo único.

Art. 30 Na hipótese de término do mandato antes da conclusão do processo eleitoral tratado nesta Resolução, será o(a) ouvidor(a) em exercício nomeado como interino pelo Defensor(a) Público(a) Geral pelo prazo de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado.

Art. 32 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº49 de 22 de março de 2011 e seu regulamento.

Publique-se.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de abril de 2019.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

Presidente

Leonardo Antônio de Moura Júnior

Conselheiro Nato

José Laerte Marques Damasceno

Conselheiro Nato

Luís Fernando de Castro da Paz

Conselheiro Eleito

Kelviane de Assunção Ferreira Barros

Conselheira Eleita

Túlio Iumatti Ferreira

Conselheiro Eleito

**Anexo II do Edital nº 001/2021 – Termo de Indicação**

EXMO SR. DR. PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ _____ (nome do cidadão), brasileiro(a), _____ (estado civil), _____ (profissão), inscrito no RG sob nº _____, e no CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, N° _____, Bairro _____, em _____, vem, por meio deste, requerer a Vossa Excelência a habilitação ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, nos moldes do Edital nº ____/2021, apresentando, em anexo, a documentação exigida, bem como currículo pessoal e arrazoado abordando os propósitos pessoais, os princípios de política institucional para a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará e as práticas democrático-participativas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Nestes termos, pede deferimento. Fortaleza, ____ de _____ de 2021.

NOME POR EXTENSO

ANEXO III - Declaração

DECLARAÇÃO

_____ (nome do cidadão), brasileiro(a), _____ (estado civil), _____ (profissão), inscrito no RG sob nº _____, e no CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, em _____, vem, por meio desta, DECLARAR que concordo com as regras contidas no Edital nº ____/2021. Fortaleza, ____ de _____ de 2021.

NOME POR EXTENSO

ANEXO IV - Declaração

DECLARAÇÃO

_____ (nome do cidadão), brasileiro(a), _____ (estado civil), _____ (profissão), inscrito no RG sob nº _____, e no CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, em _____, vem, por meio desta, DECLARAR que preenche todos requisitos para a investidura no cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará constantes do Edital nº ____/2021, estando ciente de que a falsidade da informação implica sanções penais previstas em lei. Fortaleza, ____ de _____ de 2021.

NOME POR EXTENSO

Anexo V – Cronograma**CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL PARA O CARGO DE OUVIDOR GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**

ATIVIDADE	PERÍODO
Audiência Pública para apresentação do processo eleitoral	11/06/2021 e 17/06/2021
Período de inscrições para habilitação de candidatos e entidades para exercício do voto plurinominal	18/06/2021 a 28/06/2021
Publicação das inscrições habilitadas	02/07/2021
Prazo para recurso sobre as inscrições inabilitadas (art. 9)	05/07/2021 a 07/07/2021
Reunião pública para Eleição da Lista Tríplice	28/07/2021
Período para envio da lista tríplice ao Conselho Superior e escolha do Ouvidor-Geral	29/07/2021 a 27/08/2021